



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

Conteúdo

1. APRESENTAÇÃO	4
2. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS	6
3. ATIVIDADES REGULARES	7
3.1 Funcionamento Interno	7
3.2. Modalidades IPC	7
3.3. Divulgação e Desenvolvimento Desportivo	8
3.4. Formação de Agentes Desportivos (FAD)	8
3.5. Programa de Classificação Funcional Desportiva	9
3.6. Representações Institucionais	10
4. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARALÍMPICA (PPP)	11
4.1. Gestão do Programa de Preparação Paralímpica	11
4.2. Projeto de Preparação Paralímpica (Paris 2024 / Los Angeles 2028)	12
4.3. Projeto Esperanças e Talentos Paralímpicos (PETP) – 2025	13
4.4 Apoio ao Apetrechamento – 2025	14
5. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO SURDOLÍMPICA (PPS) 2025	15
5.1 Gestão do Programa de Preparação Surdolímpica	15
5.2 Projeto de Preparação Surdolímpica	16
5.3 Projeto de Esperanças e Talentos Surdolímpicos	16
5.4. Missão Surdolímpica Tóquio 2025	17
6. GABINETE DE APOIO À PREPARAÇÃO (GAP)	18
7. CENTRO DE INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARALÍMPICO	19
8. COMUNICAÇÃO E MARKETING	20
8.1. Competições	21
8.2. Outros Eventos E Iniciativas Institucionais	22
8.3. Campanhas	22
8.4. Suplemento E Magazines	22
8.5. Patrocinadores E Parceiros	22
8.6. Redes Sociais	23
8.7. Produção Videográfica	23

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	24
ANEXOS	27
Anexo I – Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal	28
Demonstrações Financeiras	28
Parecer do Conselho Fiscal	48
Anexo II – Membros do Comité Paralímpico de Portugal	62

1. APRESENTAÇÃO

Designação

Comité Paralímpico de Portugal

Fundação

26 de setembro de 2008

Utilidade Pública

30 de dezembro de 2009

Últimos Estatutos aprovados

28 de março de 2018

Localização e contactos

Rua do Sacramento, n.º 4 r/c – Fanqueiro,
2670-372 Loures

Telefone: (+351) 219 886 552

Email: geral@paralimpicos.pt

Website: www.paralimpicos.pt

Membros

Nos termos dos Estatutos, são membros do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) as federações desportivas nacionais reconhecidas nos termos da lei, nomeadamente ao abrigo do Regime Jurídico das Federações Desportivas e das condições para atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, bem como outras entidades com relevância na promoção do desporto para pessoas com deficiência.

Esta composição reflete a natureza plural e representativa do movimento paralímpico nacional, assegurando a articulação entre diferentes modalidades, níveis de prática e realidades organizacionais.

A lista atualizada de membros encontra-se no **Anexo II**.

Órgãos Sociais

Presidente

José Manuel Fernandes Lourenço

Secretário-Geral

Carlos Manuel Conceição Lopes

Tesoureiro

Jorge Manuel Martins Amado Correia

Vice-Presidentes

Leila Susana Noronha Velosa Marques Mota

José Carlos Ferreira Pavoeiro

Ana Filipa Evaristo Mendes Godinho

Sandro Daniel dos Santos Gonçalves de Araújo

Tiago Fragoso de Carvalho

Vogais

Patrícia Alexandra Marcelino Rosa

Daniel Carlos Moras Videira

Conselho Fiscal

Presidente

Ricardo Alexandre Afeiteira Marques

Secretário

Rui Manuel Álvaro Marta

Relator

Filipe Renato da Silva Rebelo

Comissões Integradas

Os Estatutos do CPP preveem a criação de comissões ou entidades integradas com atribuições estatutárias próprias, gozando de autonomia na execução das suas funções e de apoio financeiro do CPP.

Atualmente, a única entidade integrada é a **Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP)**, constituída por atletas que tenham participado nos Jogos Paralímpicos ou Surdolímpicos, no ativo ou retirados, até à terceira edição posterior à sua última participação.

Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP)

Presidente

Nelson Lopes (natação)

Vice-Presidente

André Ramos (boccia)

Secretário

Tiago Neves (natação)

Comissão Científica

Nos termos do nº 1 do Artigo 26.º dos Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), a Comissão Executiva deliberou no sentido de criar uma Comissão Científica, tendo por objetivos:

- a) Estimular a investigação e produção de conhecimento que potencie o desenvolvimento do movimento paralímpico em Portugal;
- b) Assessorar o CPP em matérias académico-científicas de suporte à sua atividade.

São membros desta Comissão:

- Professor Doutor António Rosado - Presidente
- Professor Doutor Alexandre Mestre
- Professor Doutor José Marmeleira
- Professor Doutor José Pedro Ferreira
- Professora Doutora Anabela Vitorino
- Professor Doutor Rui Corredeira
- Professora Doutora Maria João Cascais

Filiações Internacionais

- **International Paralympic Committee (IPC)**
- **European Paralympic Committee (EPC)**

Representações Institucionais

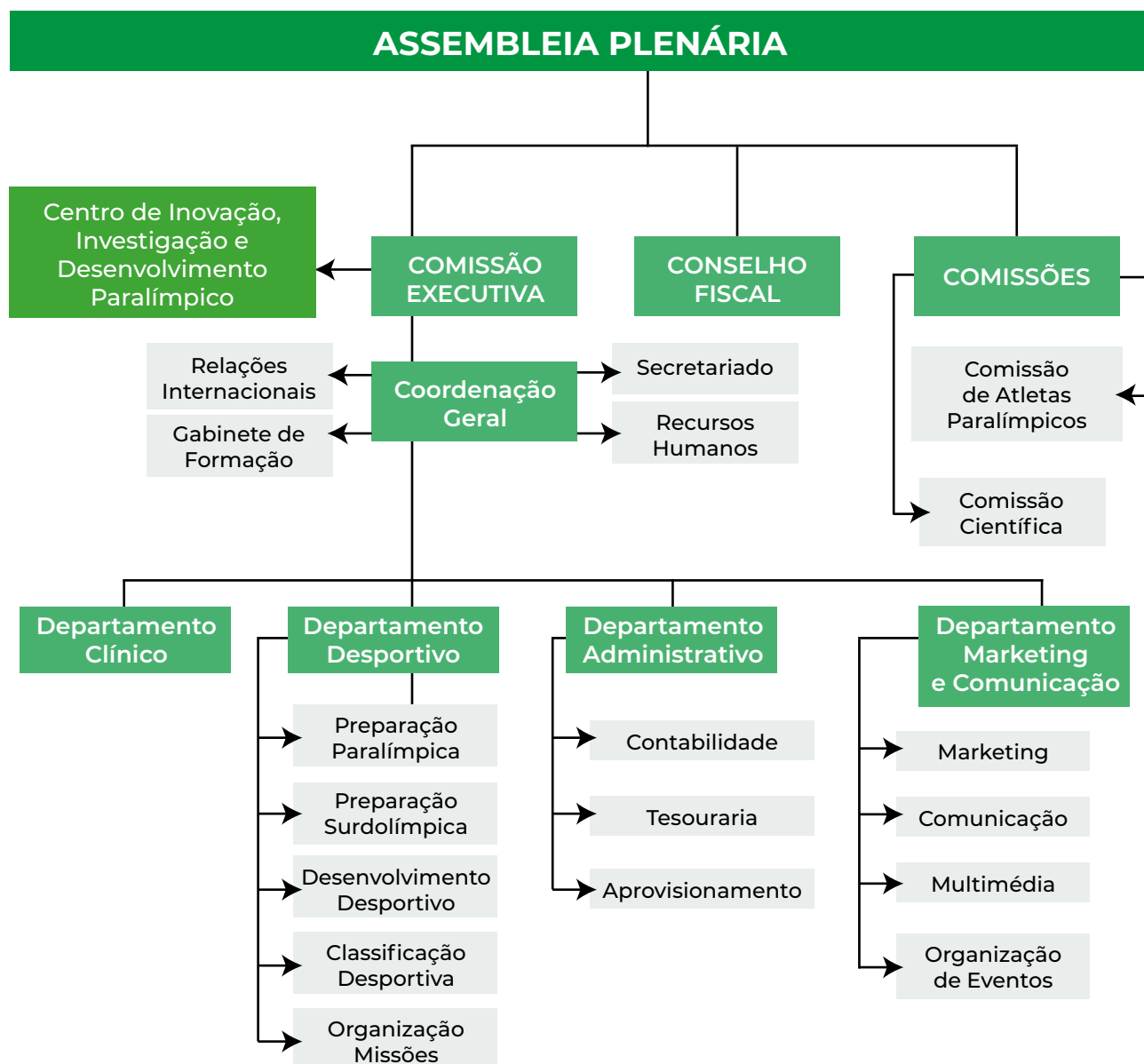
O CPP integra diversos órgãos consultivos e de coordenação nacionais, entre os quais:

- Conselho Nacional do Desporto
- Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto
- Conselhos Consultivos do Município de Loures, do IPDJ e da Autoridade Nacional Contra a Violência no Desporto
- Conselho Consultivo do Me-CDPD (Mecanismo Nacional de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência)
- Fundação do Desporto
- Rede de Escolas do Ensino Superior Politécnico Público (REDESPP)
- Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021–2025
- Conselho Municipal do Desporto de Almada
- Conselho Consultivo para a Integridade no Desporto

RICARDO BELEZAS | ATLETA SURDOLÍMPICO
NATAÇÃO



2. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS



Quadro de pessoal (31.12.2025)

Em 31 de dezembro de 2025, o CPP dispunha de 9 trabalhadores, distribuídos por:

- 1 Coordenação Geral
- 1 Coordenação de Departamento
- 6 Técnicos (2 Técnicos de Desporto; 4 Comunicação e Marketing)
- 1 Secretariado/Administrativo



3. ATIVIDADES REGULARES

3.1 Funcionamento Interno

Em 2025, o CPP assegurou a coordenação do funcionamento interno, incluindo:

- gestão de recursos humanos;
- suporte administrativo;
- controlo contabilístico e orçamental;
- cumprimento de obrigações contratuais;
- representação institucional nacional e internacional.

Os custos das atividades regulares totalizaram **493.573,30€**, para um montante contratualizado com a Administração Pública de **260.000,00 €**.

3.2. Modalidades IPC

No âmbito das modalidades sob governação do IPC (atletismo, natação, tiro e halterofilismo), o CPP assegurou, mediante solicitação das federações, os procedimentos administrativos de registo de atletas, inscrições em competições internacionais e homologação de provas nacionais.

Em 2025:

- foram registados/licenciados **70 atletas: 55** (atletismo), **11** (natação), **4** (tiro);
- foram submetidos ao IPC **67 pedidos de homologação: 60** (atletismo) e **7** (natação);
- foi assegurada a comunicação ao IPC de resultados de competições reconhecidas realizadas em território nacional.

3.3. Divulgação e Desenvolvimento Desportivo

Dia Paralímpico Jovem – Matosinhos

O Dia Paralímpico é uma iniciativa do CPP, enquadrada nos objetivos de desenvolvimento do Movimento Paralímpico e Surdolímpico e em consonância com as orientações do Comité Paralímpico Internacional.

Em 2025, a iniciativa realizou-se na região Norte, em Matosinhos, Cidade Europeia do Desporto 2025. A edição decorreu no dia 11 de outubro de 2025, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos e no pavilhão da Escola Básica Professor Óscar Lopes, com apoio financeiro integral da Câmara Municipal de Matosinhos.

Distribuídas pelos dois recintos, estiveram disponíveis 18 modalidades, envolvendo mais de duas centenas de participantes e acompanhantes.

Dia Paralímpico - Alcoitão

Em parceria com o Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão, o CPP promove o Dia Paralímpico Alcoitão, com o objetivo de proporcionar aos respetivos utentes a oportunidade de conhecer e experimentar a oferta desportiva disponível para pessoas com deficiência.

A iniciativa passou a adotar um modelo de organização com periodicidade bimensal, realizando-se na última quinta-feira de cada período, sendo cada edição dedicada a uma modalidade específica.

Em 2025, foram promovidas as modalidades: Badminton (30/01/2025), Atletismo (10/04/2025), Ciclismo (29/05/2025), Basquetebol em cadeira de rodas (31/07/2025) e Ténis de Mesa (27/11/2025). Estiveram presentes nestas ações os utilizadores do CMRA nas datas das ações. Mantiveram-se os resultados positivos da reestruturação e foram iniciados

contactos com vista à celebração de um protocolo de cooperação entre as entidades.

Loures Inclusivo

No âmbito da parceria com a Câmara Municipal de Loures (CMLoures), o CPP apoiou o desenvolvimento da ação “Loures Inclusivo”, realizada na 1.ª semana de dezembro.

Durante essa semana, a CML promoveu, na Escola Básica 2/3 Luís Sttau Monteiro [Pav. Bombeiros Voluntários de Loures, uma semana de experimentação de modalidades para pessoas com deficiência, no período das aulas de Educação Física, com as seguintes modalidades: Atletismo, Ciclismo, Corfebol, Judo, Futebol para Cegos e Ténis de Mesa. Estiveram presentes os alunos da escola, nos seus períodos de aulas de Educação Física, tendo sido possível assim, chegar à maioria dos alunos da escola.

Team Building – Axians

A Axians, por intermédio de empresa de gestão de eventos, realizou uma ação de team building para os seus trabalhadores, em parceria com o CPP.

O CPP participou na definição das modalidades a disponibilizar para experimentação, na seleção dos técnicos e atletas envolvidos e na definição do modelo de dinamização da ação.

A iniciativa realizou-se em 04/07/2025, no Estádio Nacional (Jamor, Cruz Quebrada).

3.4. Formação de Agentes Desportivos (FAD)

A FAD consiste numa formação de 25 horas, em formato híbrido (online e presencial), que abrange: Movimentos Surdolímpico e Paralímpico; Recursos Humanos e Tecnológicos; cinco blocos sobre Perfis Funcionais (Surdez,

Deficiência Intelectual, Deficiência Motora, Paralisia Cerebral e Deficiência Visual); Classificação Funcional Desportiva; Intervenção Pedagógica; especificidades no contacto com atletas com deficiência; e Acessibilidade.

Em 2025 realizou-se a **terceira edição**, em **Faro**, entre **4 e 9 de fevereiro**, com **33** formandos. O planeamento e implementação da FAD representaram um investimento de **4.260,63€**.

3.5. Programa de Classificação Funcional Desportiva

O sistema de Classificação Funcional Desportiva é essencial para assegurar a justiça e equidade competitiva no desporto para pessoas com deficiência.

Em 2025, o CPP apoiou o desenvolvimento e a participação dos classificadores desportivos em ações de aquisição de competências. No mesmo ano, entrou em vigor o Código de Classificação, cuja tradução foi partilhada com Federações Desportivas e classificadores.

O CPP participou, com um elemento, na Reunião Anual de Classificação, realizada na sede do IPC, em Bonn (Alemanha). A Reunião Anual de Classificação aconteceu nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2025, em Bonn, Alemanha, na sede do IPC.

Os custos associados às atividades descritas totalizaram um investimento de **15.000,00€**.

FILIPPE MARQUES | ATLETA PARALÍMPICO TRIATLO





Luís Franco | CPP

3.6. Representações Institucionais

Em 2025, o Comité Paralímpico de Portugal reforçou de forma consistente a sua intervenção política e institucional, assumindo presença regular nos principais mecanismos de governação do desporto e da inclusão. O CPP participou ativamente no **Conselho Nacional do Desporto**, na **Comissão Permanente do CND**, no **Conselho Consultivo do IPDJ**, nos grupos de trabalho da **Comissão Municipal para a Deficiência de Almada (CMDA)** e em várias reuniões técnicas com o **INR**, contribuindo para processos decisórios sobre acessibilidade, regulamentação, financiamento e desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência.

O diálogo com a administração central manteve-se estruturado através de reuniões com a **Secretaria de Estado do Desporto** e a **Secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão**, permitindo ao CPP acompanhar e influenciar medidas públicas relacionadas com inclusão, participação e direitos sociais, sempre numa lógica de articulação entre desporto e políticas transversais.

No plano internacional, o CPP reforçou substancialmente a sua presença. Participou nos trabalhos do **International Paralympic Committee (IPC)**, incluindo assembleias gerais realizadas em Seul, e integrou a Assembleia Geral do **European Paralympic Committee (EPC)** em **Londres**, garantindo o alinhamento com orientações europeias e globais sobre

governação, elegibilidade e desenvolvimento do movimento paralímpico. A atividade externa incluiu ainda **uma missão técnica a Los Angeles**, no âmbito da preparação para LA28, bem como participação nos **Jogos da CPLP, em Timor-Leste**, e nos **European Para Youth Games, em Istambul**, promovendo intercâmbio com comités paralímpicos lusófonos, europeus e africanos.

Em paralelo, o CPP integrou ações ligadas aos projetos **Erasmus+ QIS All In** e **ParaManager**, contribuindo para iniciativas de capacitação institucional, formação avançada e desenvolvimento de novos modelos de gestão aplicados ao desporto inclusivo, reforçando a ligação a redes europeias especializadas.

No plano interno, manteve-se uma cooperação consistente com instituições académicas, municípios, federações e entidades setoriais, através de participações em conferências técnicas, reuniões de trabalho e iniciativas de âmbito local, assegurando que a inclusão desportiva permanece integrada nas prioridades territoriais e nos programas de desenvolvimento.

Com esta atuação articulada, 2025 representou um ano de consolidação institucional e de afirmação diplomática, no qual o CPP reforçou o seu papel como interlocutor central na construção das políticas públicas de desporto e inclusão e como representante ativo do movimento paralímpico português no panorama internacional.



4. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARALÍMPICA (PPP)

Em cumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo **CP/701/DDF/2022**, o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) assegurou, ao longo de 2025, a coordenação e gestão do Programa Paralímpico, em articulação com as federações responsáveis pelas modalidades dos atletas integrados no ciclo **Paris 2024 / Los Angeles 2028**.

Em 2025, estiveram incluídos nos **Programas de Preparação Paralímpica Paris 2024 / Los Angeles 2028 (PPP e PETP)** um total de **64 atletas**, distribuídos por **11 modalidades**.

4.1. Gestão do Programa de Preparação Paralímpica

A condução operacional do **Programa de Preparação Paralímpica (PPP)** é da responsabilidade do CPP, assegurando a sua implementação em colaboração com as Federações Desportivas envolvidas no enquadramento dos atletas do ciclo **Los Angeles 2028**.

- Encargos associados à componente organizativa e de gestão do PPP em 2025: **100.862,39 €**
- Foi assegurada a execução regular dos pagamentos das bolsas atribuídas a atletas e treinadores
- Foram efetuadas atempadamente as transferências financeiras para as Federações Desportivas, destinadas à preparação desportiva.

4.2. Projeto de Preparação Paralímpica (Paris 2024 / Los Angeles 2028)

Em 2025, estiveram integrados no Projeto de Preparação Paralímpica **42 atletas**, de **11 modalidades**.

Financiamento à preparação

Os valores transferidos para as federações para suporte à preparação dos atletas foram determinados com base no enquadramento regulamentar em vigor, planos de preparação e orçamentos, considerando as especificidades de cada modalidade e disciplina.

- Montante global afeto ao financiamento da preparação em 2025: **823.887,76 €** (Tabela 1).

Bolsas

O pagamento das bolsas a atletas e treinadores foi efetuado diretamente pelo CPP, de acordo com o regulamento do PPP e o nível de integração de cada beneficiário no Projeto de Preparação Paralímpica.

- Os montantes destinados a **parceiros de competição, técnicos de vida diária e técnicos assistentes desportivos** foram atribuídos e liquidados como complemento às bolsas dos atletas abrangidos por este apoio.
- Montante afeto a bolsas em 2025: **969.470,00 €** (Tabela 1).

Tabela 1 — Financiamento à Preparação e Bolsas 2025 (PPP)

Modalidade	Preparação	Bolsas	Total
Atletismo	183.399,75 €	248.520,00 €	431.919,75 €
Badminton	45.000,00 €	51.390,00 €	96.390,00 €
FPDD (Boccia)	210.833,33€€	244.510,00 €	455.343,33 €
FPDD (Goalball)	41.963,14€	NA	41.963,14€
Canoagem	48.000,00 €	68.640,00 €	116.640,00 €
Ciclismo	56.708,33 €	48.800,00 €	105.508,33 €
Equestre	15.000,00 €	8.640,00 €	23.640,00 €
Escalada	4.375,00 €	4.725,00 €	9.100,00 €
Judo	22.500,00 €	59.895,00 €	82.395,00 €
Natação	104.625,00 €	145.680,00 €	250.305,00 €
Tiro	35.700,00 €	50.870,00 €	86.570,00 €
Triatlo	22.000,00 €	37.800,00 €	59.800,00 €
CPP	33.783,21€		
TOTAL	823.887,76 €	969.470,00 €	1.793.357,76 €

4.3. Projeto Esperanças e Talentos Paralímpicos (PETP) – 2025

O **PETP** integra o Programa de Preparação Paralímpica e tem como objetivos:

- apoiar a preparação desportiva de jovens atletas/equipas com especial talento desportivo;
- aumentar o número de jovens atletas/equipas integrados nas missões paralímpicas;
- apoiar projetos de reconhecido valor desportivo promovidos pelas federações, visando formar e preparar jovens atletas.

Em 2025, o PETP integrou **22 atletas**, de **3 modalidades**, com financiamento atribuído através das **três modalidades de apoio** previstas no Regulamento.

Financiamento à preparação

Os montantes máximos por federação foram definidos em conformidade com o Regulamento do Contrato-Programa **CP/701/DDF/2022**.

- Montante global destinado ao financiamento da preparação em 2025: **170.166,67 €** (conforme indicado no

texto).

Pedidos de apoio de 50%

Nos termos do Regulamento do Contrato-Programa CP/701/DDF/2022, mediante proposta das federações, o CPP pode deliberar apoio correspondente a **50%** das despesas de participação, no estrangeiro, de atletas não integrados no PPP ou PETP, ainda que a participação não resulte na integração nesses programas.

- Em 2025, foram recebidos **3 pedidos**, com financiamento total de **4.366,42€** (Tabela 2).

Projetos de Reconhecido Valor Desportivo (PRVD)

Mecanismo destinado a financiar projetos orientados para a participação de jovens atletas e o reforço da sua preparação desportiva, numa perspetiva multidimensional.

- Em 2025, foi recebida **1 candidatura** ao projeto **“Começar pelo Início”** (Federação Portuguesa de Atletismo), com apoio atribuído de **27.700,00€**.

Tabela 2 — Financiamento 2025 (PETP)

Modalidade	Preparação	50%	PRVD	Total
Atletismo	85.166,67 €	- €	27.700,00 €	112.866,67 €
Badminton	- €	4.366,42 €	- €	4.366,42 €
FPDD	81.250,00 €	- €	- €	81.250,00 €
Natação	3.750,00 €	- €	- €	3.750,00 €
TOTAL	170.166,67 €	4.366,42 €	27.700,00 €	202.233,09 €

4.4 Apoio ao Apetrechamento - 2025

Em 2025, o CPP recebeu **6 candidaturas** ao Projeto de Apoio ao Apetrechamento, apresentadas por **5 federações**:

- Federação Portuguesa de Atletismo;
- Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (2 candidaturas);
- Federação Portuguesa de Tiro;
- Federação de Triatlo de Portugal;
- Federação Portuguesa de Escalada de Competição.

Todas as candidaturas foram consideradas elegíveis e aprovadas, totalizando **46.915,63 €** (Tabela 3).

Tabela 3 — Financiamento Apetrechamento 2025

Modalidade	Apetrechamento
Atletismo	11.500,00 €
Boccia	13.335,91 €
Tiro	11.917,00 €
Triatlo	8.050,00 €
Escalada	2.112,72 €
TOTAL	46.915,63 €



CARLA OLIVEIRA | ATLETA PARALÍMPICA
BOCCIA

5. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO SURDOLÍMPICA (PPS) 2025

À semelhança de anos anteriores, o início de 2025 implicou a celebração de um novo contrato-programa, mantendo-se inalterado o Regulamento aplicável. Neste contexto, foi celebrado o **Contrato-Programa CP/75/DDF/2025**, assinado a **9 de junho**, com uma dotação global de **630.880,00 €**, dos quais **175.000,00 €** se destinaram ao financiamento da **Missão Surdolímpica Tóquio 2025**.

5.1 Gestão do Programa de Preparação Surdolímpica

Compete ao CPP assegurar a gestão e coordenação da execução do PPS, em articulação com as federações desportivas responsáveis pelo enquadramento dos atletas integrados no Programa Tóquio 2025. No âmbito da gestão do Projeto de Preparação Surdolímpica, o montante despendido ascendeu a **15.000,00 €**.

5.2 Projeto de Preparação Surdolímpica

Em 2025, o Programa de Preparação Surdolímpica Tóquio 2025 integrou **13 atletas**, distribuídos por **5 modalidades**.

Financiamento à preparação

Os valores máximos atribuídos a cada federação para apoio à preparação dos atletas foram definidos em conformidade com o estipulado nos **números VI.2 e VI.6** do Regulamento. Em 2025, o montante global destinado ao financiamento da preparação ascendeu a **145.840,29 €** (Tabela 4).

Bolsas

O pagamento das bolsas a atletas e treinadores foi efetuado diretamente pelo CPP, em função do nível de integração de cada beneficiário no Projeto de Preparação Surdolímpica. A concretização destes pagamentos esteve condicionada à existência de contratos celebrados entre os beneficiários e as respetivas federações, arquivados no CPP.

As bolsas foram atribuídas nos montantes definidos pelo **número VI.5** do Regulamento do Programa de Preparação Surdolímpica, totalizando **314.995,00 €** (Tabela 4).

Tabela 4 — Financiamento à Preparação e Bolsas 2025 (PPS)

Modalidade	Preparação	Bolsas	Total
Atletismo	56 541,67 €	100 210,00 €	156 751,67 €
Ciclismo	23 000,00 €	74 610,00 €	97 610,00 €
Judo	11 500,00 €	26 910,00 €	38 410,00 €
Natação	43 298,62 €	80 640,00 €	123 938,62 €
Tiro	11 500,00 €	32 625,00 €	44 125,00 €
TOTAL	145 840,29 €	314 995,00 €	460 835,29 €

5.3 Projeto de Esperanças e Talentos Surdolímpicos

O Projeto Esperanças e Talentos Surdolímpicos enquadra-se no PPS e tem como objetivo integrar atletas com talento diferenciado, ou equipas com expectativas devidamente fundamentadas, contribuindo para a renovação das delegações portuguesas nos Jogos Surdolímpicos. O projeto prevê ainda a possibilidade de integração de jovens atletas no Projeto Tóquio 2025 ou no Projeto Atenas 2029.

Nos termos do Regulamento do PPS, quaisquer propostas de integração de atletas no âmbito do PETS estavam sujeitas à celebração de uma adenda ao respetivo Contrato-Programa. Em 2025, tal não se verificou e, portanto, **não houve verba atribuída** a este projeto.

5.4. Missão Surdolímpica Tóquio 2025

No âmbito das suas atribuições, o CPP organizou e coordenou a Missão Portuguesa aos Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025, tendo sido constituída uma equipa de trabalho para assegurar o planeamento, execução e acompanhamento de todas as fases da missão.

Os Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025 decorreram entre **15 e 26 de novembro de 2025**, com a participação de aproximadamente **2.919 atletas**, de **79 países** (incluindo atletas neutros), que competiram em **21 modalidades** e **223 eventos** com atribuição de medalhas.

A Missão Portuguesa integrou **36 elementos**, incluindo **13 atletas (2 femininos e 11 masculinos)**, dos quais **4 estreantes** em Jogos Surdolímpicos. A participação portuguesa resul-

tou na conquista de **6 medalhas (3 ouro, 2 prata, 1 bronze)** e na obtenção de **9 diplomas**.

Dos 13 atletas participantes, **5** alcançaram classificações que permitiram a manutenção da sua integração no PPS.

O montante total contabilizado para a organização da Missão, nos anos de 2024 e 2025, ascende a 420.400,70€, tendo a organização e participação portuguesa nos Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025 sido objeto de relatório específico. Deste montante, 175.000€ foram contabilizados no ano de 2024 relativos à organização da Missão e **245.400,70€** correspondem aos encargos registados no ano de 2025.

CUSTOS MISSÃO SURDOLÍMPICA TÓQUIO 2025	
Organização e Gestão da Missão	26.417,34€
Logística, alojamentos, viagens da Missão	340.736,15€
Comunicação e representação institucional	53.247,21€
TOTAL	420.400,70€



JOÃO MARQUES | ATLETA SURDOLÍMPICO
CICLISMO



6. GABINETE DE APOIO À PREPARAÇÃO (GAP)

O Gabinete de Apoio à Preparação (GAP) tem como objetivos: apoiar e acompanhar as missões paralímpicas e surdolímpicas e outras delegações desportivas sob a égide do CPP; prestar assessoria técnica multidisciplinar; e complementar os serviços disponibilizados pelas federações ao nível do apoio aos atletas, parceiros de competição e treinadores integrados nos programas paralímpico e surdolímpico.

A intervenção direta do GAP junto de atletas, treinadores ou parceiros de competição (excluindo os períodos em que estes se encontram integrados em missões ou delegações desportivas do CPP) pressupõe, obrigatoriamente, articulação prévia com as equipas médicas e/ou multidisciplinares afetas às federações e posterior aprovação da respetiva federação.

No âmbito do GAP e da Classificação Funcional Desportiva, foi mantida a plataforma de gestão de dados clínicos (**iMed**), para melhor coordenação entre serviços e equipas de apoio aos atletas dos **PPP** e **PPS**.



7. CENTRO DE INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARALÍMPICO

Em 17 de dezembro de 2024 foi assinado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo para construção e apetrechamento do Centro de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Paralímpico.

Durante 2025, o CPP desenvolveu procedimentos técnicos e administrativos indispensáveis à adequada execução da medida prevista no Contrato-Programa. Nesse contexto, foi submetida à Câmara Municipal de Loures uma proposta de alteração ao projeto inicialmente aprovado, com o objetivo de integrar espaços desportivos destinados à prática de modalidades paralímpicas de pavilhão.

Complementarmente, foi realizado um estudo hidrogeológico adicional, destinado à avaliação das condições do terreno e à identificação e mitigação de eventuais riscos associados à presença de águas subterrâneas.

Paralelamente, foi promovida uma consulta ao mercado para contratação dos serviços de revisão do projeto, fiscalização e gestão da obra, tendo a respetiva adjudicação sido efetuada no final de 2025. À data, prevê-se que a obra possa ter início no segundo semestre de 2026.

Em 2025, os custos associados a este projeto foram de **169.189,60€**.



8. COMUNICAÇÃO E MARKETING

O Comité Paralímpico de Portugal promove o desporto Paralímpico e Surdolímpico em Portugal, valorizando os atletas e a marca **Paralímpicos Portugal**.

Em 2025, a área de Comunicação e Marketing consolidou a visibilidade e valorização do Desporto Paralímpico e Surdolímpico em Portugal, com forte presença digital, produção audiovisual consistente, parcerias media e impacto significativo nos grandes eventos internacionais.

Foram promovidas campanhas, reportagens de eventos e momentos institucionais, divulgação de modalidades e atletas, com foco no reforço da Marca.

Grande parte da comunicação incidiu sobre os **EPYG, Mundiais de Natação e Atletismo** e, sobretudo, **Jogos Surdolímpicos**.

Destacaram-se ainda:

- Dia Paralímpico Jovem (Matosinhos);
- Gala do CPP (Pátio da Galé);
- assinatura dos contratos-programa LA2028 / Brisbane 2032 e Atenas 2029.

Foram mantidos contactos regulares com patrocinadores e parceiros e realizadas abordagens a novas entidades.

8.1. Competições

Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025

A cobertura incluiu **countdown** nas redes sociais, Livro de Missão (300 exemplares), **press kit**, reportagens e acompanhamento ao minuto.

Resultados:

- 413 publicações (Facebook e Instagram)
- +5 milhões de visualizações
- 3,4 milhões de alcance
- +275 mil interações
- +100 vídeos produzidos
- +3.179 novos seguidores

Media:

- 333 artigos em Órgãos de Comunicação Social
- AAV (Cision): **3.718.482,50 €**

Produção:

- 1.829 imagens editadas (1.590 Erika Ikeda; 239 Luís Franco)
- média: 76 fotos/dia

Mundiais 2025

Cobertura dos Mundiais de Natação (Singapura) e Atletismo (Nova Deli) com:

- publicações diárias;
- resultados ao minuto;
- flash interviews;
- álbuns fotográficos.

Produção:

- 10.675 fotografias captadas (891 editadas)
- média: 56/dia

Redes sociais:

- 245 posts
- +2,1 milhões de alcance
- +130 mil interações
- +1.500 seguidores
- 61 vídeos publicados

Outras competições

Cobertura regular de Badminton, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Natação, Tiro e Triatlo.

EPYG (22–28 julho 2025):

- +329 mil visualizações
- +15 mil interações

8.2. Outros Eventos E Iniciativas Institucionais

Dia Paralímpico Jovem

Divulgação multiplataforma. Exposição em outdoors digitais (Metroply, Medialivre, DreamMedia) e outdoors físicos junto ao Norte Shopping. Apoio valorizado em **78.142 €**.

Cobertura:

- ~10 publicações
- +98 mil visualizações
- +10 mil interações

Gala CPP

Comunicação através de guião, material gráfico e partilha de notícias, fotos e vídeo institucional nas redes sociais e site oficial.

Eleições IPC e EPC

Apoio às candidaturas de Leila Marques (IPC) e Tiago Carvalho (EPC), ao nível de material de campanha, comunicações e exposição mediática. Ambas as candidaturas foram bem-sucedidas.

8.3. Campanhas

- Campanha de consagração de 1% do IRS (três fases).
- Assinaladas diversas datas comemorativas (Pai, Mãe, Água, Saúde, Atividade Física, Língua Portuguesa, Obesidade, 10 de Junho, Aniversário CPP, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, Dia da Língua Gestual Portuguesa).

O vídeo do Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa (15 novembro), produzido no Japão, alcançou ~23 mil contas.

8.4. Suplemento E Magazines

- 2 edições do suplemento *Paralímpicos* com o *Record*.
- 10 magazines mensais transmitidos na Sport TV e RTP.

8.5. Patrocinadores E Parceiros

Desenvolvimento de propostas de valor, definição de planos anuais e sinergias (Programa Impulso; Prémio Ciência e Inovação no Desporto Paralímpico | Allianz).

Contactos para renovação de contratos no final do ciclo paralímpico.

MIGUEL MONTEIRO | ATLETA PARALÍMPICO
ATLETISMO



8.6. Redes Sociais

Facebook

Em 2025, a página de Facebook do Comité Paralímpico de Portugal registou:

- **8,26 milhões de visualizações**, todas orgânicas;
- **1,7 milhões** de visualizações de três segundos (+4.600% face ao período homólogo) e **205,2 mil** de um minuto (+5.000%);
- **431 mil interações** (-17,3%);
- **77.401 visitas** (inferior a 2024, ano de Jogos Paralímpicos, mas superior a 2022 e 2023);
- **5.449 novos seguidores** (2024: 6.296; 2023: 3.618; 2022: 2.933);
- **66.670 seguidores** no final de 2025.

Post com melhor performance (23 novembro 2025 – medalha de ouro de Margarida Silva, 800m, Jogos Surdolímpicos):

- 557.449 visualizações;
- 428.362 alcance;
- 20.942 reações;
- 821 comentários;
- 852 partilhas.

Este desempenho superou a melhor publicação de 2024 (467.638 visualizações).

Instagram

Em 2025, a página de Instagram do Comité Paralímpico de Portugal registou:

- **3,5 milhões de visualizações**, todas orgânicas, com picos em julho (EPYG), setembro (Mundiais de Natação e Atletismo) e novembro (Jogos Surdolímpicos);
- **451,2 mil contas alcançadas** (-56,5% face a 2024);

- **117,7 mil interações** (+100% face ao período homólogo);
- **33.482 visitas** (-78% face a 2024; 2023: 19.302);
- **3.107 novos seguidores** (2024: 8.558; 2023: 2.298).

Post com melhor performance (16 novembro 2025 – medalha de ouro de Joana Santos, -56 kg, Jogos Surdolímpicos):

- 93.174 visualizações;
- 45.436 alcance;
- 2.314 interações (114 comentários e 422 partilhas).

YouTube

Em 2025, o canal do CPP no YouTube registou:

- **104 novos subscritores** (53 durante os Jogos Surdolímpicos);
- **855,4 horas de visualização** (+103% face a 2024; 2023: 380 horas);
- **37.696 visualizações** (+58,8% face a 2024; +82,4% face a 2023).

Vídeo com melhor performance (27 novembro 2025 – ouro de Margarida Silva, 800m, Jogos Surdolímpicos):

- 20.452 visualizações;
- 218.766 impressões;
- 504,5 horas visualizadas.

8.7. Produção Videográfica

- 52 vídeos publicados no YouTube
- 78 vídeos editados (produção interna – Luís Franco)
- +100 vídeos curtos (flash interviews e momentos de competição)



9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Comité Paralímpico de Portugal manteve a criteriosa gestão financeira dos recursos que teve à disposição durante o ano em apreço.

O programa de atividades regulares visa compartilhar todas as despesas relacionadas com o normal e regular funcionamento do CPP. Em 2025 a execução foi superior ao valor contratualizado com a Administração Pública em **196.099,00€**. Esta diferença deve-se, essencialmente, ao aumento da representação institucional do CPP (em território nacional e no estrangeiro) bem como à política de retenção de recursos humanos proporcionando-lhes condições salariais atrativas.

O Programa de Preparação Paralímpica Paris 2024 – Los Angeles 2028 foi executado nas suas diferentes vertentes. Foram assegurados os pagamentos decorrentes da gestão do projeto, bem como o financiamento destinado à preparação desportiva e ao apoio ao apetrechamento. Importa sublinhar que, tratando-se de fecho de ciclo paralímpico, no processo de encerramento financeiro e após a verificação da execução por parte das federações, poderá haver valores a devolver à Administração Pública caso se verifique que os montantes atribuídos não foram integralmente executados. Esta situação decorre do facto de algumas federações não terem apresentado os respetivos relatórios em tempo útil.

No que ao Programa de Preparação Surdolímpica diz respeito, este foi alvo de dois financiamentos em momentos distintos: o primeiro contrato-programa assinado em junho (que contemplava também uma verba para a Missão Surdolímpica) e um aditamento assinado em dezembro.

Em relação ao Programa de Preparação Surdolímpica, no processo de encerramento financeiro e após a verificação da execução por parte das federações, poderá haver valores a devolver à Administração Pública caso se verifique que os montantes atribuídos não foram integralmente executados. Esta situação decorre do facto de algumas federações não terem apresentado os respetivos relatórios em tempo útil. No que à Missão Surdolímpica diz respeito, os custos excederam o valor contratualizado em **70.400,70€**.

Em 2025 Portugal participou nos Jogos Europeus da Juventude. Esta participação foi alvo de financiamento público no montante de 110.000,00€. No entanto, os custos associados à participação portuguesa foram de **120.501,47€**.

Em 2025 foram ainda assumidos pelo CPP custos relacionados com a eventual participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos de Inverno. No entanto, a confirmação da parti-

cipação só ocorreu em fevereiro de 2026. Assim, os custos de **13.894,00€** foram diferidos para 2026, dado que só nesse ano será contratualizado com a Administração Pública financiamento para esta participação.

Em relação ao programa de Responsabilidade Social e Desportiva e Desenvolvimento e afirmação da marca Paralímpicos, o CPP executou diversas ações de promoção e marketing no âmbito da marca paralímpicos.

No âmbito dos vários projetos Europeus, concretamente, projetos QUIS All In, Para Manager e SSVET, tratando-se de projetos com execução a mais de um ano, em 2025 foram cumpridas com as ações previstas.

As Medidas previstas no Contrato-programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo não tiveram, na sua generalidade, gastos em 2025 dado que foram necessários proceder à criação de diversos regulamentos para implementação das mesmas.

MAMUDO BALDÉ | ATLETA PARALÍMPICO
ATLETISMO



Mapa de Execução Orçamental (ótica de caixa – 2025)

Designação	Orçamento 2025	Executado 2025
TOTAL DE DESPESAS	8.408.674,00 €	3.874.292,37 €
Atividades Regulares	516.158,00 €	493.573,30 €
Organização e gestão	287.043,00 €	352.506,97 €
Enquadramento administrativo	40.469,00 €	67.477,03 €
Enquadramento técnico	55.230,00 €	56.210,65 €
Enquadramento Marketing e Comunicação	60.137,00 €	80.178,12 €
Despesas administrativas	131.207,00 €	148.641,17 €
Apetrechamento	26.615,00 €	47.133,49 €
Formação	25.000,00 €	1.000,00 €
Representações	20.000,00 €	50.642,90 €
Comissão de Atletas	2.500,00 €	555,26 €
Comunicação e Marketing	- €	- €
Dias Paralímpicos	70.000,00 €	22.474,05 €
Desenvolvimento de Projetos com a Academia	5.000,00 €	- €
Formação para Agentes Desportivos	15.000,00 €	4.260,63 €
Classificação Desportiva	20.000,00 €	15.000,00 €
Manual de Acessibilidades em Inst. Desportivas	45.000,00 €	- €
Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento Paralímpico	4.520.000,00 €	169.189,60 €
Preparação Paralímpica Paris 2024	1.875.000,00 €	2.143.368,87 €
Organização e gestão	100.000,00 €	100.862,39 €
Bolsas e Financiamento à preparação	1.565.000,00 €	1.793.357,76 €
Apoio ao Apetrechamento	30.000,00 €	46.915,63 €
Esperanças Paralímpicas	180.000,00 €	202.233,09 €
Missão Paralímpica Paris 2024	- €	- €
Preparação Surdolímpica 2025	750.000,00 €	721.235,98 €
Organização e gestão	25.000,00 €	15.000,00 €
Bolsas e Financiamento à preparação	365.000,00 €	460.835,28 €
Esperanças Surdolímpicas	10.000,00 €	- €
Missão Surdolímpica Tóquio 2025	350.000,00 €	245.400,70 €
Gabinete de Apoio à Preparação	25.000,00 €	- €
Jogos Europeus da Juventude 2025	125.000,00 €	120.501,47 €
Programa Erasmus+	440.000,00 €	30.724,16 €
Responsabilidade Social Desportiva	55.000,00 €	- €
Desenvolvimento e Afirmação Institucional	102.516,00 €	185.977,50 €
Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo	- €	9.721,49 €

Designação	Orçamento 2025	Recebido 2025
TOTAL DE PROVEITOS	8.533.674,00 €	33.566.287,51 €
Proveitos Suplementares - receitas de outras entidades	182.516,00 €	122.265,00 €
CM Matosinhos (*)		43.715,00 €
Subsídios à exploração	8.351.158,00 €	33.444.022,51 €
CP Atividades Regulares	516.158,00 €	275.000,00 €
CP Paris 2024	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €
CP Preparação Surdolímpica	750.000,00 €	645.880,00 €
CP Jogos Europeus da Juventude 2025	125.000,00 €	110.000,00 €
Projeto Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento Paralímpico (**)	4.520.000,00 €	5.000.000,00 €
Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo (***)	- €	10.388.278,51 €
Programa Erasmus+	440.000,00 €	24.864,00 €
Programa de Preparação Paralímpica Los Angeles 2028 e Atenas 2029 (****)	- €	15.000.000,00 €

(*) Proveito diferido referente ao valor não executado para devolução

(**) Proveito diferido no valor total dado que o valor recebido é só para a construção do edifício

(***) Proveito diferido no valor não executado em 2025

(****) Proveito diferido no valor total dado que a execução do Contrato-programa é 2026-2029

ANEXOS

Anexo I – Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal

Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Comité Paralímpico de Portugal

Contribuinte n.º 507 805 259

Sede Social: Rua do Sacramento, n.º 4, R/C, E. D

2670-372 Loures

Balanços em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

ATIVO		Notas	Exercício findo a 31/12/2025	Exercício findo a 31/12/2024
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		6	411.479	272.666
Ativos intangíveis		5	146.518	65.682
Investimentos financeiros			1.978	1.978
			<u>559.975</u>	<u>340.326</u>
Ativo corrente				
Créditos a receber		7,2	19.590	101.089
Estado e outros entes públicos		13	29.474	-
Diferimentos		15	32.075	14.336
Outros ativos correntes		12,20	137.014	279.215
Caixa e depósitos bancários		4,20	31.906.831	2.074.689
			<u>32.124.984</u>	<u>2.469.330</u>
Total do ativo			<u>32.684.959</u>	<u>2.809.655</u>

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		Notas	Exercício findo a 31/12/2025	Exercício findo a 31/12/2024
Fundos patrimoniais				
Resultados transitados		21	1.233.818	1.031.020
Outras variações nos fundos patrimoniais		21	3.509	5.744
			<u>1.237.327</u>	<u>1.036.764</u>
Resultado líquido do período		21	107.488	202.798
Total do fundos patrimoniais			<u>1.344.815</u>	<u>1.239.562</u>
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores		20	119.733	194.549
Estado e outros entes públicos		10,13	7.566	26.420
Diferimentos		15	30.435.793	91.685
Outros passivos correntes		14,20	777.052	1.257.438
			<u>31.340.144</u>	<u>1.570.094</u>
Total do passivo			<u>31.340.144</u>	<u>1.570.094</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			<u>32.684.959</u>	<u>2.809.655</u>

O Contabilista Certificado

Ilma Delgado

A Comissão Executiva

[Signature]

Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2025	Exercício findo a 31/12/2024
Subsídios, doações e legados à exploração	7	3.072.161	3.807.335
Fornecimentos e serviços externos	11,16	(728.838)	(1.079.121)
Gastos com o pessoal	9	(302.836)	(279.213)
Outros rendimentos	8,18	618.685	215.285
Outros gastos	8,19	(2.521.172)	(2.433.558)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		137.998	230.728
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,17	(29.636)	(26.837)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		108.363	203.891
Juros e gastos similares suportados		-	(189)
Resultado antes de impostos		108.363	203.702
Imposto sobre o rendimento do período	10	(875)	(905)
Resultado líquido do período		107.488	202.798

O Contabilista Certificado

Teima Delgado

A Comissão Executiva

[Signature]

[Signature]

Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2025	Exercício findo a 31/12/2024
Outros rendimentos	7,18	3.690.845	4.022.620
Gastos administrativos	9,11,16	(1.031.675)	(1.358.522)
Outros gastos	6,8,17,19	(2.550.808)	(2.460.395)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		108.363	203.702
Resultados antes de impostos		108.363	203.702
Imposto sobre o rendimento do período	10	(875)	(905)
Resultado líquido do período		107.488	202.798

O Contabilista Certificado

Irma Delgado

A Comissão Executiva



Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2025	Exercício findo a 31/12/2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Pagamentos de bolsas		(1.237.958)	(1.286.797)
Pagamentos a fornecedores		(1.917.231)	(2.119.659)
Pagamentos ao pessoal		(275.591)	(261.888)
Caixa gerada pelas operações		(3.430.780)	(3.668.343)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(30.914)	(981)
Outros recebimentos/pagamentos		33.405.219	3.798.900
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		29.943.525	129.575
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(233.404)	(214.844)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		122.021	1.359
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(111.383)	(213.485)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(189)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(189)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		29.832.142	(84.098)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.074.689	2.158.788
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	31.906.831	2.074.689

O Contabilista Certificado

Irena Delgado

A Comissão Executiva

[Signature]

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
Notas	Outras					
	Fundos	Resultados transitados	variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2025	21	-	1.031.020	5.744	202.798	1.239.562
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	202.798	(2.235)	(202.798)	(2.235)
		-	202.798	(2.235)	(202.798)	(2.235)
Resultado líquido do período				107.488	107.488	
Resultado integral						105.253
Posição no fim do período de 2025	21	-	1.233.818	3.509	107.488	1.344.815

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
Notas	Outras					
	Fundos	Resultados transitados	variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2024	21	-	931.244	7.979	99.776	1.038.999
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	99.776	(2.235)	(99.776)	(2.235)
		-	99.776	(2.235)	(99.776)	(2.235)
Resultado líquido do período				202.798	202.798	
Resultado integral						200.563
Posição no fim do período de 2024	21	-	1.031.020	5.744	202.798	1.239.562

O Contabilista Certificado

Irma Delgado

A Comissão Executiva




Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

O Comité Paralímpico de Portugal é uma instituição de utilidade pública, com personalidade jurídica e natureza associativa, constituído em Setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas pelo International Paralympic Committee e pelo International Committee for Sport for Deaf com o objectivo de divulgar, desenvolver e defender o movimento paralímpico, bem como promover o gosto pela prática desportiva. Esta entidade tem o número de identificação de pessoa colectiva 507 805 259 e a sua sede localiza-se na Rua do Sacramento, n.º 4, r/c, em Loures.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção para a emissão no dia 17 de Março de 2026.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Credores por acréscimos" (Nota 13) e "Diferimentos" (Nota 14).

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - a) Alterações no risco segurado;
 - b) Alterações na taxa de câmbio;
 - c) Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - d) Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Durante o exercício de 2018 foi alterada a política contabilística no que respeita ao reconhecimento de Contratos-Programa, face a exercícios anteriores. A dívida a receber relativa aos contratos-programa plurianuais era reconhecida na totalidade no momento de assinatura do contrato, sendo reconhecido o respetivo proveito no momento em que eram recebidas as verbas. Atualmente os subsídios contratualizados são analisados anualmente e reconhecidos à medida em que estejam reunidas as condições para a sua atribuição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados em baixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.639	1.918
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.066.848	1.722.140
Depósitos bancários prazo	15.838.344	350.631
	<u>31.906.831</u>	<u>2.074.689</u>

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de ativos intangíveis apresenta a seguinte composição:

Ativos intangíveis	31/12/2025	31/12/2024
Valor bruto	146.518,22	65.682,00
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-
Quantia escriturada	146.518,22	65.682,00
Ativos intangíveis em curso	146.518,22	65.682,00
Quantia escriturada	146.518,22	65.682,00

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado em baixo:

	Ativos intangíveis em curso	Total
Quantia escriturada a 01/01/2024	-	-
Aquisições	65.682,00	65.682,00
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	65.682,00	65.682,00
Amortizações acumuladas a 31/12/2024	-	-
Quantia escriturada a 31/12/2024	65.682,00	65.682,00

	Ativos intangíveis em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	65.682,00	65.682,00
Amortizações acumuladas a 31/12/2024	-	-
Quantia escriturada a 31/12/2024	65.682,00	65.682,00
Aquisições	80.836,22	80.836,22
Quantia escriturada bruta a 31/12/2025	146.518,22	146.518,22
Amortizações acumuladas a 31/12/2025	-	-
Quantia escriturada a 31/12/2025	146.518,22	146.518,22

A rubrica de ativos intangíveis em curso respeita essencialmente ao desenvolvimento da plataforma de gestão dos projetos desportivos, a qual ainda está em fase de testes.

6. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição:

Ativos fixos tangíveis	31/12/2025	31/12/2024
Valor bruto	712.045	543.596
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(300.566)	(270.930)
Quantia escriturada	411.479	272.666
Equipamento básico	4.422	7.477
Equipamento de transporte	20.624	38.957
Equipamento administrativo	8.065	16.312
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	378.369	209.920
Quantia escriturada	411.479	272.666

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado em baixo:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT ou AFT em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2024	46.169	129.067	114.308	104.891	394.434
Amortizações acumuladas a 01/01/2024	(34.556)	(105.108)	(92.019)	(12.409)	(244.093)
Quantia escriturada a 01/01/2024	11.613	23.958	22.289	92.481	150.341
Aquisições	-	27.498	3.971	117.693	149.162
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	46.169	156.565	118.279	222.583	543.596
Amortizações acumuladas a 31/12/2024	(38.692)	(117.608)	(101.967)	(12.663)	(270.930)
Quantia escriturada a 31/12/2024	7.477	38.957	16.312	209.920	272.666

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT ou AFT em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2025	46.169	156.565	118.279	391.032	712.045
Amortizações acumuladas a 31/12/2025	(41.747)	(135.941)	(110.215)	(12.663)	(300.566)
Quantia escriturada a 31/12/2025	4.422	20.624	8.065	378.369	411.479

Os gastos com depreciações acima identificados encontram-se registados na rubrica de gastos de depreciações e amortizações.

No decorrer do exercício de 2023 iniciaram despesas relacionadas com a nova sede e a sua edificação, pelo que esses valores têm vindo a ser classificados como ativos em curso.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha reta:

	Intervalo de vida útil
Equipamento básico	[3 a 8 anos]
Equipamento de transporte	[4 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 8 anos]
Outros ativos fixos tangíveis	[7 e 8 anos]

7. Subsídios do Governo e apoios concedidos

O detalhe dos subsídios concedidos pelo Estado e outros entes públicos é como se segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante total atribuído	Montante recebido
Subsídios à exploração				
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	36.673.440	32.293.440	21.538.438	2.280.438
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	3.970.440	1.097.264	3.942.938	1.283.688
	40.643.880	33.390.704	25.481.376	3.564.126

	31/12/2025	31/12/2024
	Valor imputado ao período	Valor imputado ao período
Subsídios reconhecidos em rendimentos		
Preparação paralímpica	2.000.000	2.923.959
Atividades regulares	275.000	275.000
Surdolímpicos	624.241	605.876
Jogos Europeus da Juventude	110.000	-
Projeto Erasmus+ - QIS All In	30.724	-
Outros	32.196	2.500
	3.072.161	3.807.335

Durante o período de 2025, e como forma de prossecução das suas atividades, estiveram vigentes no Comité Paralímpico de Portugal os contratos-programa n.º CP/701/DDF/2022, CP/893/2024, CP 838/DDF/2025, CP/75/DDF/2025, CP/389/DDF/2025, CP/2/DDF/2025, CP/201/DDF/2025, CP/82/DDF/2025:

a) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/701/DDF/2022

Objeto: Programa de preparação paralímpica Paris 2024 e Los Angeles 2028;

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 9.200.000 Euros repartidos em 5.680.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 3.520.000 Euros pelo INR, a receber durante os anos 2022 a 2025;

Data de celebração: 14 de Outubro de 2022.

b) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/838/DDF/2025

Objeto: Programa de preparação paralímpica Los Angeles 2028 e Brisbane 2032, Surdolímpica Atenas 2029 e Jogos Surdolímpicos 2033;

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 15.000.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e recebidos durante o ano 2025;

Data de celebração: 22 de Dezembro de 2025.

c) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/75/DDF/2025 e Aditamento n.º CP/389/DDF/2025

Objeto: Programa de preparação Surdolímpica – Tóquio 2025

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 660.880 Euros repartidos em partes iguais pelas duas entidades.

Data de celebração: 9 de Junho de 2025 e 29 de Dezembro de 2025.

d) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/2/DDF/2025 e CP/201/DDF/2025

Objeto: Atividades Regulares

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 275.000 Euros repartidos em 155.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 120.000 Euros pelo INR, valores recebidos durante o ano 2025.

Data de celebração: 1 de Janeiro de 2025 e 2 de Junho de 2025.

e) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/82/DDF/2025

Objeto: Jogos Europeus da Juventude 2025 - Istambul

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude

Comparticipação financeira: 110.000 Euros recebidos durante o ano 2025.

Data de celebração: 26 de Maio de 2025.

f) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/893/2024

Objeto: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo 2024-2028

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude

Comparticipação financeira: 15.398.000 Euros recebidos durante o ano 2025.

Data de celebração: 17 de Dezembro de 2024.

8. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio:

Diferenças de cambio desfavoráveis

31/12/2025	31/12/2024
92	3
92	3

9. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações do pessoal	241.563	218.585
Encargos sobre remunerações	46.930	45.097
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	7.667	8.001
Formação	5.226	6.496
Saúde, Higiene e Segurança - Medicina do Trabalho	1.450	1.034
	302.836	279.213

O número médio de pessoal no exercício de 2025 foi de 10 empregados.

10. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade do ano 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2025 ascendem a 3.600,00 Euros.

12. Outros ativos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros ativos correntes é como apresentado em baixo:

Outros ativos correntes	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	68.599	-
Subsídios a receber	25.000	238.500
Outros devedores		
Devedores diversos	43.416	40.715
	137.014	279.215

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024
	Ativo	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento			
Retenções na fonte	30.349	-	(340)
Estimativa de imposto	(875)	-	905
Retenções efectuadas a terceiros	-	2.509	1.227
Imposto sobre o valor acrescentado			
Conta corrente	-	129	19.562
Contribuições para sistemas de protecção social	-	4.928	5.067
	29.474	7.566	26.420

14. Outros passivos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros passivos correntes é como apresentado em baixo:

Outros passivos correntes	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	34.371	33.518
Contratos-programa	-	26.646
Bolsas a liquidar	-	24.500
Financiamento à preparação	227.244	283.059
Esperanças paralímpicas e surdolímpicas	152.760	88.103
Apoio complementar	22.080	-
Outros acréscimos	37.277	138.146
CP 2/DDF/2018 - Toquio 2020	-	152.964
Projeto Erasmus+ - QIS All In	-	203.750
Contrato-Programa Município Matosinhos	21.241	-
CP 884/DDF/2024 Surdolímpicos	16.050	-
CP 389/DDF/2025 Surdolímpicos	21.639	-
Outros credores	244.391	306.752
	777.052	1.257.438

Os valores relevantes evidenciados nas rubricas de outros passivos correntes respeitam essencialmente a 5 situações:

- Financiamento à preparação – resulta nos acréscimos efetuados relativamente aos valores a que as Federações têm direito a receber no ano 2025 e para os quais ainda não existe ainda fatura. Só apenas quando os relatórios de execução forem recebidos e analisado e as faturas emitidas é que poderemos saldar esta rubrica.
- CP 884/DDF/2024 Surdolímpicos – respeita à verba a devolver à Tutela no decorrer do ano 2026 relacionado com o contrato-programa mencionado.
- CP 389/DDF/2025 Surdolímpicos – respeita à verba a devolver à Tutela no decorrer do ano 2026 relacionado com o contrato-programa mencionado.

- CP Município Matosinhos – respeita à verba a devolver ao Município no decorrer do ano 2026 relacionado com o contrato-programa assinado em 2025.
- Outros credores – respeita essencialmente a bolsas de treinadores e atletas referentes a Dezembro de 2025 e cujo pagamentos apenas ocorreram em 2026.

15. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos ativos		
Gastos antecipados		
Seguros	12.519	10.436
Jogos Paralímpicos Milano - Cortina 2026	13.894	-
Outros diferimentos	5.662	3.900
	32.075	14.336
Diferimentos passivos		
Derivados de subsídios, donativos e patrocínios		
Contrato-Programa 701/DDF/2022 - Paris 2024	-	15.435
Projeto Erasmus+ - QIS All In	35.346	76.250
CP 838/DDF/2025 - Prep. Los Angeles 2028 e Atenas 2029	15.000.000	-
CP n.º 893/DDF/2024 - Apoio ao Desenvolvimento Desportivo - IPDJ	15.388.279	-
Projeto Europeu - ParaManager	11.484	-
Projeto Europeu - SSVET Romania	685	-
	30.435.793	91.685

A rubrica de diferimentos passivos respeita essencialmente aos valores a executar nos contratos plurianuais, celebrados com as entidades IPDJ e INR, cujos contratos têm a duração de 4 anos.

Em 2025 foi recebido um subsídio no montante de 5.000.000 euros, ao abrigo do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/893/2024, destinado ao financiamento da construção da futura sede do Comité.

À data de 31 de dezembro de 2025, o montante recebido encontra-se reconhecido na rubrica de diferimentos passivos, atendendo a que, não obstante já terem sido incorridos gastos com a elaboração dos projetos de licenciamento, arquitetura e especialidades, subsiste incerteza quanto ao cumprimento integral das condições previstas no contrato-programa, nomeadamente quanto à concretização integral do investimento previsto.

Caso as condições contratualmente estabelecidas venham a ser integralmente cumpridas, o subsídio será objeto do tratamento contabilístico previsto para subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

16. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados em baixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhos especializados	114.386	111.543
Honorários	25.595	26.327
Vigilância e segurança	4.855	3.254
Conservação e reparação	5.647	9.693
Material de escritório	959	2.930
Electricidade	2.941	3.278
Combustíveis	8.469	11.770
Água	441	428
Deslocações e estadas	368.648	509.269
Rendas e alugueres	22.363	12.633
Comunicação	6.433	6.375
Seguros	16.590	11.636
Serviços bancários	3.860	553
Artigos para oferta	14.891	35.907
Limpeza, higiene e conforto	5.744	5.123
Perdas de vencimento	18.420	14.671
Outros fornecimentos e serviços externos	108.596	313.729
	728.838	1.079.121

A variação na rubrica de fornecimentos e serviços externos respeita ao facto de, nos exercícios em que os Jogos se realizam existir uma maioria de gastos registados, situação que se verifica em cada ciclo paralímpico.

17. Depreciações de ativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o resumo dos gastos com depreciações de ativos é como apresentado em baixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fixos tangíveis	29.636	26.837
	29.636	26.837

18. Outros rendimentos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Apoios de entidades privadas		
Junta de Freguesia de Loures	3.500	3.500
Câmara Municipal de Loures	20.000	20.000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	27.235	66.735
Toyota	-	33.000
AdP - Águas de Portugal	15.000	15.000
IPC - Allianz	40.000	40.000
HAVE A NICE BRAND	10.447	-
Outras entidades	50	13.967
Juros obtidos	190.619	1.359
Outros	311.833	21.725
	618.685	215.285

A variação na rubrica de outros rendimentos respeita essencialmente aos ajustamentos contabilísticos dos contratos-programa plurianuais de forma a que as variações anuais dos mesmos não afetem os resultados do Comité.

19. Outros gastos

Na data de relato a rubrica de outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	21.624	835
Apoios monetários concedidos		
Bolsas Atletas	667.745	631.780
Bolsas Acompanhantes	110.160	110.100
Bolsas Treinadores	508.960	463.112
Federações	1.173.326	1.202.475
Quotizações	5.400	2.500
Inscrições em competições	22.021	6.500
Donativos	10.288	10.000
Outros	1.649	6.256
	2.521.172	2.433.558

20. Instrumentos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas em baixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total
Ativos correntes				
Créditos a receber	19.590	19.590	101.089	101.089
Outros ativos correntes	137.014	137.014	279.215	279.215
Caixa e depósitos bancários	31.906.831	31.906.831	2.074.689	2.074.689
	32.063.435	32.063.435	2.454.993	2.454.993

	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos correntes				
Fornecedores	119.733	119.733	194.549	194.549
Outros passivos correntes	777.052	777.052	1.257.438	1.257.438
	896.785	896.785	1.451.988	1.451.988

21. Fundo de capital

O movimento nas rubricas do fundo de capital foi como se segue:

	31/12/2024	Aumentos	Diminuições	31/12/2025
Fundos patrimoniais:				
Resultados transitados	1.031.020	202.798	-	1.233.818
Outras variações nos fundos patrimoniais	5.744	-	(2.235)	3.509
Resultado líquido do período	202.798	107.488	(202.798)	107.488
Total do fundo de capital	1.239.562	310.286	(205.033)	1.344.815

A rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais respeita à aquisição de cadeiras de rodas e *handbike* proveniente de verbas atribuídas pela Santa Casa para esse fim. Tendo em conta que esses bens estão reconhecidos no ativo tangível do Comité, e o seu custo é reconhecido mensalmente através das depreciações, será também reconhecida a quota-parte do donativo de acordo com essa periodicidade.

Aplicação de resultados

Em 31 de dezembro de 2025, o Comité apurou um Resultado Líquido do Exercício positivo de 107.487,93 Euros, o qual será transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

Em 31 de dezembro de 2024, o Comité apurou um Resultado Líquido do Exercício positivo de 202.797,86 Euros, o qual foi transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

22. Outras informações

Atualmente, as instalações onde o Comité Paralímpico de Portugal desenvolve a sua atividade são nomeadamente um imóvel destinado à sua sede e um outro imóvel destinado a armazém geral e são ambos imóveis cedidos gratuitamente pela Câmara Municipal de Loures.

Relativamente ao imóvel cedido para a sede, foi elaborado um Contrato de Comodato em 4 de Janeiro de 2011 em que ficou estabelecido um prazo de cerca de 2 anos, na altura teria o seu término a 28 de Fevereiro de 2013 sendo renovável por ciclos paralímpicos.

Relativamente ao imóvel cedido para armazém geral, foi elaborada um Protocolo de Colaboração no dia 8 de Agosto de 2013, que definiu a utilização desse espaço pelo Comité, a título gratuito pelo prazo de 12 anos, renovando-se automaticamente por períodos de 4 anos, correspondentes aos ciclos dos Jogos Paralímpicos.

No decorrer do ano 2021, mais precisamente no dia 3 Dezembro foi constituída uma escritura de direito de superfície, também com a Câmara Municipal de Loures, relativamente ao terreno destinado à construção da nova sede do Comité Paralímpico de Portugal.

O direito de superfície foi constituído pelo prazo de setenta anos, prorrogável por acordo entre as partes e a título gratuito.

23. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevadas nas contas.

O Contabilista Certificado



A Comissão Executiva



Parecer do Concelho Fiscal



Conselho Fiscal

Relatório de Análise e Fiscalização Execício 2025

março, 2026

Conteúdos

1. Enquadramento.....	3
2. Análise da execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	4
2.2 Coerência Estratégica.....	4
2.3 Execução Material das Atividades	4
3. Análise Económica-Financeira	7
4. Controlo Interno e Conformidade	9
5. Principais Riscos e Condicionantes	10
6. Conclusão.....	11
Anexo I.....	12

1. Enquadramento

Nos termos do disposto nos Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), bem como da legislação aplicável às entidades com estatuto de utilidade pública desportiva, compete ao Conselho Fiscal proceder à fiscalização da gestão administrativa, financeira e patrimonial da instituição, bem como emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas.

No cumprimento dessas atribuições, o Conselho Fiscal procedeu à análise detalhada dos seguintes documentos relativos ao exercício de 2025:

- Plano de Atividades e Orçamento para 2025 (PAO);
- Relatório de Atividades e Contas de 2025 (RAC);
- Demonstração Financeira do exercício de 2025;
- Informação complementar disponibilizada pela Comissão Executiva.

A análise incidiu, em particular, sobre:

- O grau de execução material e financeira do plano aprovado;
- A conformidade contabilística e financeira;
- A consistência entre objetivos, execução e resultados;
- A sustentabilidade económica-financeira da entidade.

2. Análise da execução do Plano de Atividades e Orçamento

2.2 Coerência Estratégica

O Plano de Atividades e Orçamento para 2025 assentou num conjunto de eixos estratégicos estruturantes, designadamente:

- Promoção da inclusão, equidade e excelência desportiva;
- Desenvolvimento da base de recrutamento e formação de atletas;
- Execução dos programas de preparação paralímpica e surdolímpica;
- Reforço da notoriedade institucional e internacional;
- Desenvolvimento de projetos estruturantes, nomeadamente o Centro de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Paralímpico.

Da análise ao Relatório de Atividades e Contas, o Conselho Fiscal conclui que a atuação da Direção manteve uma **elevada coerência com as orientações estratégicas previamente definidas**, não se identificando desvios materiais de natureza estratégica.

2.3 Execução Material das Atividades

Atividades Regulares

Verificou-se a manutenção do regular funcionamento da estrutura organizativa, incluindo:

- Gestão administrativa e financeira;
- Cumprimento de obrigações contratuais;
- Representação institucional nacional e internacional.

A execução destas atividades revela-se adequada às necessidades operacionais da entidade, assegurando a continuidade do serviço público desportivo prosseguido pelo CPP.

Desenvolvimento Desportivo

Constata-se a concretização das iniciativas previstas, com especial destaque para:

- Realização do Dia Paralímpico Jovem;
- Dinamização de ações em contexto clínico e educativo;
- Parcerias com entidades públicas e privadas.

O Conselho Fiscal entende que estas ações contribuíram positivamente para a promoção da prática desportiva inclusiva, ainda que subsista a necessidade de reforçar a base de recrutamento de jovens atletas.

Formação e Capacitação

Foi assegurada a continuidade do programa de formação de agentes desportivos, tendo sido realizada nova edição com participação relevante.

Não obstante, o Conselho Fiscal considera que deverá ser avaliada a escalabilidade e impacto estrutural destes programas, com vista a potenciar efeitos mais amplos no ecossistema desportivo.

Classificação Funcional Desportiva

A implementação do novo Código de Classificação e a participação em fóruns internacionais demonstram alinhamento com as melhores práticas internacionais, sendo esta área considerada crítica para a credibilidade do sistema desportivo.

Programas de Preparação Desportiva

Os programas de preparação paralímpica (PPP) e surdolímpica (PPS) foram executados com elevado grau de cumprimento, incluindo:

- Financiamento às federações;
- Pagamento de bolsas;
- Apoio técnico e logístico aos atletas.

O Conselho Fiscal destaca positivamente a regularidade e previsibilidade dos fluxos financeiros associados a estes programas, bem como o cumprimento das obrigações contratuais.

Missão Surdolímpica Tóquio 2025

A organização e execução da missão revelaram-se adequadas, tendo sido alcançados resultados desportivos relevantes.

Do ponto de vista financeiro, os encargos encontram-se devidamente enquadrados e justificados face à dimensão e natureza da operação.



Projetos Estruturais

Relativamente ao Centro de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Paralímpico, verifica-se a continuidade do projeto ao nível institucional, não tendo sido, contudo, concretizada a sua execução material.

O Conselho Fiscal assinala que este tipo de projetos permanece **fortemente dependente de financiamento e de capacidade externa**, o que constitui um fator de risco na sua gestão.

3. Análise Económica-Financeira

Execução Orçamental

Estrutura de Receitas

A estrutura de financiamento do CPP mantém-se **fortemente dependente de transferências públicas**, designadamente através de contratos-programa.

O Conselho Fiscal alerta para:

- A necessidade de diversificação de fontes de receita;
- O risco associado à incerteza na contratualização de financiamento público.

Estrutura de Custos

Os principais centros de custo encontram-se alinhados com a missão institucional, destacando-se:

- Programas de preparação desportiva;
- Bolsas a atletas e técnicos;
- Missões internacionais;
- Funcionamento da estrutura.

A afetação de recursos revela-se, em termos globais, adequada e consistente.

Situação Financeira

Com base na análise das Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal conclui que:

- As contas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira;
- Não se identificam indícios de desequilíbrio financeiro estrutural;



- Foram cumpridas as obrigações perante terceiros;
- A gestão da tesouraria foi adequada ao nível de exigência operacional.

4. Controlo Interno e Conformidade

O Conselho Fiscal não identificou irregularidades materiais ao nível:

- Da organização contabilística;
- Do cumprimento das normas legais e estatutárias;
- Dos procedimentos de controlo interno.

Não obstante, recomenda-se o reforço contínuo dos mecanismos de controlo, especialmente em contexto de crescimento da atividade e complexidade operacional.

5. Principais Riscos e Condicionantes

O Conselho Fiscal identifica como principais fatores de risco:

1. Dependência estrutural de financiamento público;
2. Incerteza na execução de projetos estruturantes de elevado montante;
3. Dificuldades no recrutamento e renovação da base de atletas;
4. Pressão crescente sobre os custos operacionais.

6. Conclusão

Face ao exposto, o Conselho Fiscal considera que:

- A execução do exercício de 2025 foi globalmente positiva;
- Existe alinhamento entre planeamento estratégico e execução operacional;
- A situação económico-financeira é equilibrada;
- A gestão evidencia rigor, prudência e conformidade legal.

Anexo I

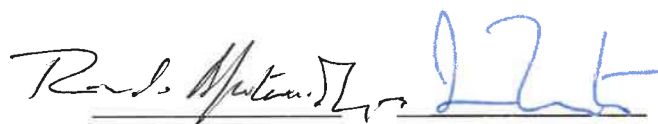
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório de Actividades e Contas 2025

Nos termos das competências que lhe são conferidas pelos Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Actividades e Contas de 2025, elaborado pela Comissão Executiva.

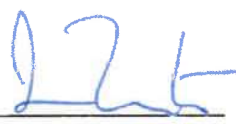
Com base no relatório de análise de fiscalização produzido pelo Conselho Fiscal, o mesmo emite parecer favorável e recomenda à Assembleia Plenária a aprovação do Relatório de Actividades e Contas de 2025.

Lisboa, 22 de março de 2026



Ricardo Afeiteira Marques

Presidente



Rui Marta

Secretário



Filipe Rebelo

Relator



Anexo II – Membros do Comité Paralímpico de Portugal

MEMBROS ORDINÁRIOS
ANDDI
ANDDVIS
Federação de Andebol de Portugal
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
Federação de Desportos de Inverno de Portugal
Federação de Ginástica de Portugal
Federação de Triatlo de Portugal
Federação Equestre Portuguesa
Federação Ju-Jitso e Disciplinas Associadas de Portugal
Federação Nacional de Karaté-Portugal
Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas
Federação Portuguesa de Atletismo
Federação Portuguesa de Badmínton
Federação Portuguesa de Basquetebol
Federação Portuguesa de Canoagem
Federação Portuguesa de Ciclismo
Federação Portuguesa de Corfebol
Federação Portuguesa de Escalada de Competição
Federação Portuguesa de Golfe
Federação Portuguesa de Hóquei
Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais
Federação Portuguesa de Judo
Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo
Federação Portuguesa de Lutas Amadoras
Federação Portuguesa de Motonáutica
Federação Portuguesa de Natação
Federação Portuguesa de Orientação
Federação Portuguesa de Remo
Federação Portuguesa de Surf
Federação Portuguesa de Ténis
Federação Portuguesa de Ténis de Mesa
Federação Portuguesa de Tiro
Federação Portuguesa de Tiro com Arco
Federação Portuguesa de Vela
Federação Portuguesa de Voleibol
Federação Portuguesa de Xadrez
LPDS
PCAND

MEMBROS EXTRAORDINÁRIOS

Confederação de Treinadores de Portugal

Escola Superior de Desporto de Rio Maior

Faculdade de Motricidade Humana

Federação Académica do Desporto Universitário

Fundação do Desporto

Panathlon Clube de Lisboa

Universidade de Évora

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

MEMBROS OBSERVADORES

APDD – Associação Portuguesa de Direito Desportiva

MEMBROS HONORÁRIOS

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

Humberto Santos

Comité Paralímpico de Portugal

Rua do Sacramento n.º4, r/c
2670-372 Loures, Portugal

geral@paralimpicos.pt

(+351) 219 886 552

(+351) 937 885 908

www.paralimpicos.pt

